



PROJETO DE LEI Nº 001 / 2023 ☒ EXEC. ( ) LEGI.

### PAUTADO / DISTRIBUIDO

DATA: 14 / 03 / 2023

☒ C. CONSTITUIÇÃO E JUSTICA

( ) APROVADO

( ) REJEITADO

☒ C. FINANÇAS E ORÇAMENTOS

( ) APROVADO

( ) REJEITADO

( ) C. OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS

( ) APROVADO

( ) REJEITADO

☒ C. EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

( ) APROVADO

( ) REJEITADO

### VOTAÇÃO

☒ 1º TURNO 14 / 03 / 2023

☒ APROVADO

( ) REJEITADO

☒ 2º TURNO 15 / 03 / 2023

☒ APROVADO

( ) REJEITADO

☒ 3º TURNO 16 / 03 / 2023

☒ APROVADO

( ) REJEITADO



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS**

*O futuro do município passa por aqui*

**PARECER LEGISLATIVO Nº 003/2023, DE 14 DE MARÇO DE 2023**  
**COMISSÕES: Constituição e Justiça, Finança e Orçamento e Educação,**  
**Saúde e Assistência Social**  
**Projeto de Lei Municipal nº 001/2023, 15 de Fevereiro de 2023.**  
**INTERESSADO: PODER EXECUTIVO**

**ASSUNTO:** “Parecer acerca da Alteração da Lei Nº. 579/2017, de 02 de Janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo do Município de Divinópolis do Tocantins – TO e dá outras providências.”

**RELATÓRIO:**

Trata-se de Projeto de Lei Municipal nº. 001/2023, de iniciativa do Poder Executivo, que está sendo submetido à análise da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins, visando cumprir o devido processo legislativo.

O Projeto em análise estabelece que:

**Art. 1º.** O art. 6º da Lei nº 579/2017, de 02 de janeiro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º. (...)

**1.10. Secretaria Municipal da Indústria e Comércio;**

1.10.1. Gabinete do Secretário;

1.10.2. Coordenador de Indústria e Comércio;”

(...)

Art. 4º. Fica alterado o anexo IV da Lei nº. 579/2017, de 02 de janeiro de 2017.

(...)

É o sucinto relatório.

**Aprovado em**

**FUNDAMENTAÇÃO:**

A matéria versada no projeto em questão é de interesse local, aliado ao fato de que a sua iniciativa compete ao Chefe do Executivo.

Em análise à matéria em tela, verifica-se que quanto à iniciativa tal propositura preenche os requisitos legais, visto que está ancorado ao art. 30, inciso I, da Constituição Federal, vejamos:







**CÂMARA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

*"Art. 30. Compete aos Municípios:*

***I - legislar sobre assuntos de interesse local;"***

Alexandre de Moraes expõe que *"interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)." (in Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2013, p. 740).* Assim, a matéria constante na proposta, que trata da organização da administração pública municipal, se adéqua efetivamente à definição de interesse local.

A respeito da iniciativa para a deflagração do processo legislativo, uma vez que o projeto de lei apresentado propõe alterações na estrutura administrativa do Poder Executivo, tem-se por adequada a iniciativa do Prefeito.

Portanto, *in casu*, foi observado a iniciativa para deflagrar o Processo Legislativo.

Cabe ressaltar que, além do atendimento da competência e da iniciativa, o projeto que verse sobre a criação de cargos públicos ou sobre a estrutura de carreiras deve demonstrar o cumprimento de requisitos de ordem orçamentária, previstos no artigo 169, § 1º, da CF/88, e na Lei Complementar Federal nº 101/00.

Prevê o artigo 169, caput e § 1º, da CF/88:

*"Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar."*

*§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

***I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)***

**Aprovado em**  
**26/10/2023**







**CÂMARA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS**

*O futuro do município passa por aqui*

*II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.”.*

A Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) exige, para criação de despesas de caráter contínuo, como no caso em tela, a demonstração do impacto financeiro e a declaração do ordenador de despesas de que há disponibilidade financeira e orçamentária para suportar os novos gastos públicos.

É salutar que a normatização da Administração Pública sempre deverá respeitar aos Princípios da Administração Pública, especialmente no que tange ao artigo 37, caput da Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, destacando-se sua inteligência:

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;*

*II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;”*

A justificativa esclarece que **“No decorrer dos últimos anos vislumbrou-se uma grande procura de empresas e indústrias buscando alocar-se no Município (...). Além de retificar a tabela de Remuneração dos Cargos Comissionados e Funções Gratificadas dos Profissionais da Educação Básica de Divinópolis do Tocantins”**

No mais, como se trata de demanda envolvendo a organização administrativa do Poder Executivo Municipal, deve-se destacar que, em termos gerais, não há inconstitucionalidades flagrantes que impeçam a deliberação da matéria em Plenário.

Desta feita, não há objeção quanto à constitucionalidade e à legalidade do projeto.

**Aprovado em**  
*26/11/2023*  
*[Assinatura]*



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS**

O futuro do município passa por aqui

Feitos os apontamentos considerados pertinentes, as Comissões não encontrando nenhum vício de inconstitucionalidade resolveram **emitir parecer favorável**.

**VOTO:**

As Comissões votam favorável pela aprovação do referido Projeto de Lei.

**COMISSÃO: CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Laura Dinalmy V. de Abreu  
**Presidente**

Carlos André M. Oliveira  
**Relator**

Viviane M. de Abreu Custódio  
**Vogal**

**COMISSÃO: FINANÇA E ORÇAMENTO**

Valdivan Alves Da Silva  
**Presidente**

Rivaldo Barbosa de Souza  
**Relatora**

Luiz Aires Marinho  
**Vogal**

**Aprovado em**

16/03/2023







CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**

O futuro do município passa por aqui

COMISSÃO: EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

Rivaldo Barbosa de Souza  
**Presidente**

Luiz Aires Marinho  
**Relator**

Carlos André Marinho Oliveira  
**Vogal**

**Aprovado em**  
16/10/2023





PROJETO DE LEI Nº 001/2023 (X) EXEC. ( ) LEGI.

**PAUTADO / DISTRIBUIDO**

DATA: 15 / 02 / 2023

(X) C. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

( ) APROVADO

( ) REJEITADO

(X) C. FINANÇAS E ORÇAMENTOS

( ) APROVADO

( ) REJEITADO

( ) C. OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS

( ) APROVADO

( ) REJEITADO

( ) C. EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

( ) APROVADO

( ) REJEITADO

**VOTAÇÃO**

( ) 1º TURNO \_\_\_/\_\_\_/2023

( ) APROVADO

( ) REJEITADO

( ) 2º TURNO \_\_\_/\_\_\_/2023

( ) APROVADO

( ) REJEITADO

( ) 3º TURNO \_\_\_/\_\_\_/2023

( ) APROVADO

( ) REJEITADO



# PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS



**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 001, 15 de fevereiro de 2023.**

Altera a Lei nº 579/2017, de 02 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo do Município de Divinópolis do Tocantins e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS,**  
Estado do Tocantins, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou ele sanciona e promulga a seguinte Lei

**Art. 1º** O art. 6º da Lei nº 579/2017, de 02 de janeiro de 2017, Passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

6º

## **1.10 Secretaria Municipal da Indústria e Comércio;**

1.10.1. Gabinete do Secretário;

1.10.2. Coordenador de indústria e comércio; ”

**Art. 2º** A Lei nº 579/2017, de 02 de janeiro de 2017, Passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 14-A Compete a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio:

I – Coordenar a promoção e o desenvolvimento econômico do Município através do fomento à Indústria e Comércio, visando à implantação ou expansão de negócios;

II - Desenvolver projetos e ações para a instalação e ampliação de negócios na área industrial e comercial;

III - Assistir e acompanhar os projetos de instalação de negócios e empreendimentos no Município;





# PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS



IV - Propor ao Executivo medidas de proteção, apoio e incentivos à instalação de empresas, como isenção de impostos, realização de obras de infraestrutura e outras;

V - Articular-se com a Região para formação de parcerias em projetos regionais;

VI - Desenvolver estudos visando identificar oportunidades de negócios de interesse do Município;

VII - Coordenar ações de formação de cooperativas, associações, condomínios industriais e a organização de distrito industrial;

VIII - Desenvolver missões empresariais e missões de captação de investimentos industriais; apoiar projetos e implantação de empresas âncora, de abrangência regional, no segmento de comércio e serviços;

IX - Coordenar e executar promoções de apoio ao comércio, indústria, serviços tipo feiras, eventos em datas promocionais e desenvolver junto à comunidade iniciativas que auxiliem o incremento de negócios;

X - Propor e executar estudos periódicos sobre o perfil de desenvolvimento da indústria, do comércio e de prestação de serviços no Município;

Art. 14-B A Secretaria será dirigida pelo Secretário da Indústria e Comércio, cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, dentre brasileiros de ilibada reputação, com conhecimento da Indústria e Comércio local."

Art. 14-C É o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I – remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações consignadas na Lei Orçamentária - LOA, mantendo-se:

a) o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso;

b) a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação, em seu menor nível, inclusive os programas, títulos, descritores, as metas e os objetivos;

II – abrir crédito adicional especial destinado à implantação e manutenção da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio;

**Aprovado em**

26/03/2023



# PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS



III – prover a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio do pessoal necessário ao seu funcionamento.

**Art. 3º** O anexo I da Lei nº 579/2017, de 02 de janeiro de 2017, passa a vigorar, acrescido da seguinte redação:

“Anexo I

ANEXO I – ÚNICO DE CARGOS COMMISSIONADOS CARGO	QUANT	REMUNERAÇÃO EM R\$
<b>1 – Gabinete do Secretário da Indústria e Comércio</b>		
Secretário Municipal da Indústria e Comércio	01	3.000,00
Coordenador Municipal da Indústria e Comércio	01	2.500,00

**Art. 4º** - fica alterado o anexo IV da lei nº 579 /2017, de 02 de janeiro de 2017;

**Art. 5º** - Revogadas disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Divinópolis do Tocantins – TO,  
aos 15 dias do mês de fevereiro de 2023.

  
**FLÁVIO RODRIGUES SILVA**  
Prefeito

**Aprovado em**  
  
16/02/2023





# PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS



## ANEXO IV DA LEI 579 /2017, de 02 de janeiro de 2017;

Tabela de Remuneração dos Cargos Comissionados e Funções Gratificadas  
dos Profissionais da Educação Básica de Divinópolis do Tocantins – TO.

Projeto de Lei nº 001 /2023, de 15 de fevereiro de 2023

Cargo	Vagas	Carga horária	Remuneração dos CARGOS COMISSIONADOS		
			Vencimento	Gratificação	TOTAL
Diretor de Escola - MÓDULO I	2	180	Remuneração de Professor PNII Contrato/Comissionado	10%	Remuneração de PNII Contrato + 10%
			Remuneração de Carreira/Efetivo- Comissionado	10%	Remuneração de Carreira + 10%
Diretor de Escola – MÓDULO II	5	180	Remuneração de Professor PNII Contrato/Comissionado	12%	Remuneração de PNII Contrato + 12%
			Remuneração de Carreira/Efetivo- Comissionado	12%	Remuneração de Carreira + 12%
Inspetor Escolar	1	180	Remuneração de Carreira/Efetivo- Comissionado	-	Remuneração de Carreira
Supervisor Escolar	1	180	Remuneração de Carreira/Efetivo- Comissionado		Remuneração de Carreira
Orientador Educacional Escolar	3	180	Remuneração de Carreira/Efetivo- Comissionado		Remuneração de Carreira
Coordenador Pedagógico	22	180	Remuneração de Professor PNII Contrato/Comissionado	-	Remuneração de PNII Contrato
	1	138	Remuneração de Carreira/Efetivo- Comissionado	-	Remuneração de Carreira



# PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS



	16	180	Remuneração de Carreira/Efetivo- Comissionado	-	Remuneração de Carreira
Coordenador de Secretaria – PNII	1	180	Remuneração de Professor PNII Contrato/Comissionado	-	Remuneração de PNII Contrato
Coordenador de Alimentação Escolar- PNII	1	152	Remuneração de Professor PNII Contrato/Comissionado conforme carga horária	-	Remuneração de PNII Contrato conforme carga horária
Coordenador de Apoio Escolar - PNII	2	180	Remuneração de Professor PNII Contrato/Comissionado	-	Remuneração de PNII Contrato
Coordenador de Apoio Escolar - ASG	05	180	Remuneração de Carreira/Efetivo- Comissionado	50%	Remuneração de Carreir + 50%
Coordenador de Apoio Escolar Assistente Administrativo	2	180	Remuneração Assist. Administrativo Escolar	40%	Assist. Administrativo Escolar + 40%
Coordenador de Biblioteca Escolar - ASG	02	180	Remuneração de Carreira/Efetivo- Comissionado	50%	Remuneração de Carreir + 50%
Secretária Escolar – P NII	02	180	Remuneração de Professor PNII Contrato/Comissionado		Remuneração de PNII Contrato
Secretária Escolar - Assistente Administrativo	05	180	Remuneração Assist. Administrativo Escolar	40%	Assist. Administrativo Escolar + 40%

**Aprovado em**  
16/03/2023





# PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS



## JUSTIFICATIVA

**Senhor Presidente,**

**Senhores (as) Vereadores (as):**

O projeto de lei que ora colocamos a vossa apreciação objetiva obter autorização, na forma preconizada na Lei Orgânica Municipal, de Lei que "ALTERA A LEI Nº 579/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

No decorrer dos últimos anos vislumbrou-se uma grande procura de empresas e indústrias buscando alocar-se no Município. É de conhecimento de todos, Munícipes e Nobres Vereadores, o enorme crescimento em todas as áreas mercantis que buscam nosso Município para implantação de indústrias e comércios.

Assim, com o intuito de especializar o atendimento nesse setor, que vem gerando belos frutos ao Município, tendo em vista a grande mão de obra gerada aos munícipes, à arrecadação de impostos e o consequente crescimento do nosso Município, que propomos aos Nobres Vereadores a Criação da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio.

A Secretária terá por fim as atribuições previstas no Art. 2º do presente Projeto de Lei, que se mostram de grande relevância para o crescimento, desenvolvimento e bem estar da nossa comunidade e de nosso Município.

Noutro ponto também, apresentamos também o Tabela de Remuneração dos Cargos Comissionados e Funções Gratificadas dos Profissionais da Educação Básica de Divinópolis do Tocantins – TO

Diante de sua importância, espera-se a aprovação unânime deste projeto de lei.

Divinópolis do Tocantins/TO, aos 15 de fevereiro de 2023.

  
FLÁVIO RODRIGUES SILVA

Prefeito Municipal

**Aprovado em**  
